

ÉTICA E INVESTIGACIÓN: LA FRONTERA ENTRE LAS METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS Y EL ESPIONAJE

*M^a Teresa Ayllón Trujillo**

Resumen

O presente artigo é o resultado da Conferência Magistral proferida no Encuentro Nacional de Estudiantes de Geografía de México, realizado em San Luis Potosí, outubro 2004, com o título: "*Ética e investigación: metodologías participativas, sus límites y excesos*". Nele são abordados e analisados aspectos da investigação social participativa. Estas metodologias de investigação – necessariamente complexas, negociadas, flexíveis e polifacéticas- constituem indiretamente uma via de educação cívica para a construção da cidadania e favorecem a governabilidade ao diminuir a distância entre instituições, ou entre o pessoal técnico especializado e a base da sociedade.

Palavras-chave: Ética. Investigación. Metodologías Participativas. Espionaje.

Abstract

This article is the result of the Conference Magistral issued in the National Student Geography of Mexico. San Luis Potosi, in October 2004, under the title: "*Ethics and research: participatory methodologies, its limits and excesses*". There are addressed and analyzed aspects of social research participatory. These methodologies for research and necessarily complex, negotiated, flexible and multifaceted-are indirectly a way of civic education for the construction of citizenship and encourage governance to reduce the distance between institutions, or between the technical staff and specialized basis of society.

Keywords: Ethical. Investigation. Participations Methodologies. Espionage.

* Prof^a Investigadora Coordenação Ciências Sociais e Humanidades da Universidad Autónoma de San Luis Potosí, mayllon@uaslp.mx Trabalho inédito, apresentado como Conferência Magistral no Encuentro Nacional de Estudiantes de Geografía de México. San Luis Potosí, outubro 2004, con o título: "*Ética e investigación: metodologías participativas, sus límites y excesos*"

Title: Ethical and investigation: The border between the participations methodologies and the espionage.

I.- Introdução. O contexto.

A investigação social participativa ou as chamadas técnicas de *investigação-ação participativas* constituem uma via nova e de inestimável valor para indagar sobre a origem e o estado dos problemas sociais em escala local (Diagnóstico participativo) e abordar por outro lado, fórmulas sustentáveis de superação destes que estejam baseadas na articulação de todos os agentes sociais, em especial a população local (Gestão participativa). Estas metodologias de investigação – necessariamente complexas, negociadas, flexíveis e polifacéticas – constituem indiretamente uma via de educação cívica para a construção da cidadania e favorecem a governabilidade ao diminuir a distância entre instituições, ou entre o pessoal técnico especializado e a base da sociedade. O papel de quem investiga participativamente é motivar a uma comunidade, co-organizar o processo, mediar com as instituições, analisar os discursos, sua contextualização, sua intencionalidade... E, a partir de seu papel fronteiro, propor ou matizar, as próprias propostas coletivas, ações que sirvam para *dialogar* e *negociar*, para que a comunidade identifique as partes do conflito e - como consequência - proponha e participe de suas soluções. Este papel de mediador ou catalisador, que adota quem investiga, somente é possível se contar com a confiança da comunidade e, quando isso ocorre, quem investiga se converte em uma arma de dois gumes, carregando assim, com uma responsabilidade ética que é necessário conhecer de antemão para aceitar o desafio ou desistir de empregar esta metodologia. Conceitos éticos como a horizontalidade, o empoderamento, o retorno e o silêncio responsável, se desenvolvem nesta

conferência, uma vez que, alguns exemplos de métodos supostamente participativos, tiveram efeitos prejudiciais para a comunidade estudada. Estas novas tendências metodológicas aparecem no contexto da mudança de paradigmas da modernidade para a pós-modernidade que vêm produzindo-se, tanto na comunidade científica como no imaginário coletivo do resto da sociedade, desde a metade do século XX.

O paradigma da modernidade em decadência

Desde a Ilustração se entende que o fazer investigador, consiste em lançar luz ao entendimento, iluminar a verdade, desentranhar o turvo porém, o movimento ilustrado também tinha a pretensão de lançar essas luzes, na totalidade da população, educando nesses conhecimentos unívocos, preparando a implicação das gentes do povo, fomentando os costumes higienistas e deixando de lado o temor, as humilhações e as superstições. Desde o paradigma da modernidade *o mundo caminhava por si mesmo* em direção ao futuro, nunca para trás, era necessário ajudar o progresso a chegar o quanto antes e que este varresse o passado numa velocidade ainda maior¹; o progresso *desenvolvia e civilizava* promovendo o domínio da razão. O século XIX foi, talvez, aquele que brindou maiores *gênios*² ao mundo *das luzes*, como por exemplo Humboldt, Karl Marx, Piotr Kropotkin, Rosa de Luxemburgo ou Alexandra Kolontai..., E todas aquelas personalidades acreditavam que seu esforço investigador levaria a uma mudança social, implicaria a população e serviria para a governabilidade dos povos em termos de equilíbrio, justiça e liberdade. Idealistas, românticas e visionárias, chegaram a imaginar um mundo humanista,

¹ O *Progresso* era o mito de liberais e ilustrados, apoiados na era da industrialização e nas teorias evolucionistas de Darwin assim como na antiga Etnología que estabelecia ciclos evolutivos na humanidade, onde o mais antigo era inferior aos mais novos... invariavelmente!

² Por sua vez, a figura do *gênio* como ser irrepitível e raro sem relação com o contexto social, é uma construção moderna, individualista, cientificista, que forma parte de uma corrente historiográfica a que se respondeu com outra corrente a dos processos sociais das mentalidades.

equilibrado, regido por critérios de justiça desde uma nova classe social-total³ educada na ciência, na razão... A *verdade* - surgida espontaneamente ao dissipar a superstição, os medos e a falta de cultura -, o império da razão e a universalidade, eram a pretensão de toda pessoa dedicada à ciência desde o paradigma da modernidade, e que impera até nossos dias. Mais ainda, a modernidade baixou Deus dos altares e pôs em seu lugar a Ciência e a Racionalidade, que se fundamentavam no "método científico" (assim no singular excludente).

A fronteira da modernidade ou o paradigma da pós-modernidade: relativismo e construtivismo, teoria feminista e teoria de sistemas

A História narrativa entrou em crise. Podemos ver que os processos não se sucedem uns aos outros diacronicamente, senão que surgem e se desenvolvem, herdando-se e superpondo-se às vezes de forma paralela, simultânea, e às vezes confrontando-se, de maneira dialética, porém não somente isso mas também opondo-se e apoiando-se recursivamente de várias maneiras. É necessário buscar os fatos, as marcas, que mostrem como foram fraturando-se os processos de pensamento e deixando aparecer por suas fraturas os novos valores que originaram movimentos sociais que, em sua dinâmica, constroem novos processos em expansão. Rastreando-os, encontramos quase na metade do século XX uma filósofa francesa, que viveu em Paris, lecionou na Universidade, estudou Psicanálise e aplicou-a na sua obra filosófico-antropológica, participou discretamente na resistência antinazista, apoiou a resistência argelina contra os colonos franceses e foi co-fundadora da corrente existencialista⁴

³ Assim rezava o lema da Internacional Socialista: "*Proletários do mundo uni-vos!*"

⁴ Também foi viajadora incansável pela Europa, América do Norte e África, onde tomou contato sempre com a intelectualidade da época e com os movimentos sociais culturais e guerrilheiros. Companheira intelectual e par sentimental de J. P. Sastre desde a adolescência. Tudo isso explica, senão a genialidade, o interesse, a qualidade teórica e o sentido social de toda a obra de Simone de Beauvoir.

e fenomenológica. Esta filósofa que estamos contextualizando, Simone de Beauvoir, escreveu uma obra que veio *truncar* um dos mitos decinômicos, o da *solidariedade*. A solidariedade era atribuída sistematicamente às *classes*, aos iguais em interesses⁵, aos paisanos (patriotismo), ou à classe social (tese do socialismo) e à solidariedade ideológica (partidarismo) ou religiosa (sectarismo), demonstrando que todas estas solidariedades rompem com os seus interesses e até mesmo os interesses de grupos ou classes são postos diante de outras identidades construídas: a feminina e a masculina. Simone de Beauvoir no *Le deuxième sexe* (1949) afirma que não se nasce mulher, *se chega a ser*.

Em sua demonstração de que (a forma de) ser mulher se constrói com um *corpus* de valores opostos ao *corpus* de valores com que se constrói (a forma de) ser homem, Beauvoir assinalava inclusive a diversidade de mulheres, como resultante das diversas circunstâncias e etapas na vida de uma mesma mulher, que intermedia nessa construção. Também demonstrou dentro dos grupos supostamente solidários, a existência de uma “guerra de sexos”, preconstruída socialmente⁶ nessa oposição pré-formativa. Demonstrou que a suposta *natureza* feminina (e a masculina, portanto) se apoiava na mitologia ancestral e não na razão como pretendiam os autores da época que recorriam a Biologia e às comparações descontextualizadas, com os machos e fêmeas de outras espécies animais, para avaliar seus prejuízos morais de origem patriarcal. De modo que Beauvoir não somente demonstrou a ausência de *solidariedade* como “condições objetivas” ou como “um bem inato das massas”, como também demonstrou que a Ciência recorria ao mito e a superstição para justificar seus prejuízos essencialistas e moralistas, sempre que lhes convinha. Introduziu assim a subjetividade na análise objetiva e mostrou a aliança inseparável dos interesses com os

⁵ Hoje diríamos *grupos de identidade*. Sobre esta construção ver trabalhos anteriores (1997, 2000, 2001, 2003).

⁶ Construcionismo ou construtivismo.

sentimentos e da ciência com a tradição. Mais ainda assinalou a arrogância néscia (contrária ao rigor científico) daqueles que instituíam em *modelo essencial* a metade da humanidade (o homem) dotando-lhe de um conjunto de valores imanentes, enquanto convertiam em *alteridade* (o outro, *aquela que não é*) a outra metade, a mulher. Essa foi – no meu entender – a primeira grande ruptura do paradigma da modernidade (Beauvoir, S. 1949, tomos I y II).

Nos anos cinquenta começou-se a divulgar a teoria da relatividade e a teoria geral de sistemas que vieram apoiar aquele caminho de ruptura com a pretensão de verdade absoluta ou abarcável, os paradigmas duais, maniqueístas, bipolares, progressistas, narrativos e lineares. A teoria da relatividade resulta hoje sumamente socializada enquanto que a teoria de sistemas foi aparecendo com enorme dificuldade nos processos mentais, já que aporta uma perspectiva de mundo que rompe com todo o estabelecido no paradigma anterior⁷. As características que foram conformando pouco a pouco o novo paradigma são: a impossibilidade de achar “a verdade”; a complexidade ou a inabarcabilidade da realidade já que os sistemas estão permanentemente abertos; a impossibilidade de observar toda forma de vida em seu ambiente (pois ao pretendê-lo a impactamos e ela muda); a simultaneidade (os processos não são consecutivos nem lineares); a estrutura como um dos aspectos do instável; o permanente como um dos estados temporais da mudança (relativo). Com a teoria dos sistemas sociais se rompe outro paradigma científico: a causalidade se transforma em *possibilidade* ou em *múltiplas possibilidades* (Luhmann, 1984, p. 22-31). E mais rupturista ainda: a falsidade da pretendida objetividade-neutralidade da ciência: a ciência é uma construção criada por quem investiga e quem faz ciência está condicionado (ou submetido) por alguma instituição que o financia (Bourdieu, 1985) e por si mesmo, por sua cultura e momento subjetivo. Inclusive a verdade encontrada pelo exercício da ciência dentro de uma

⁷ Especialmente com a visão plana e consecutiva e com o estruturalismo.

corrente inovadora minoritária, uma vez *instituída* se comporta como toda instituição: priorizando a manutenção de seus conquistados privilégios, tal e como já foi amplamente estudado a partir de diversas perspectivas (Althusser, Teun van Dijck, Foucault, Gilberto Jiménez, y outros/as).

Assim no paradigma da pós-modernidade, a aproximação maior à realidade se consegue reconhecendo - e mostrando!- a parte subjetiva de quem observa: sua procedência social (ideológica, religiosa, cultural, de classe, seu financiamento) e seu contexto (momento pessoal, vínculos institucionais, outros) porque tudo isso influi na realidade que vamos descrever (Noya Miranda, F., 1998, p.121). Se nega, no novo paradigma da pós-modernidade, que o novo e inovador seja necessariamente melhor que o tradicional ou antigo; pelo contrário: em todo o novo se encontra algo de tradição e em toda tradição há inovação ainda que seja nada mais do que para alcançar a adaptação ao entorno em constante mudança (Ayllón Trujillo, 2003, p. 444-454). E, finalmente a aparência de neutralidade e a pretendida distância de quem estuda se rompe nas metodologias de investigação-ação ou metodologias participativas: o objeto de investigação se revela contra o sujeito investigador, naquilo que Villasante chamou a *rebelião do laboratório*

No se trata de técnicas o metodologías para el estudio específico de los movimientos sociales. Más bien al revés, se trata de cómo los movimientos populares están aportando técnicas, metodologías y hasta posicionamientos epistémicos para el uso de las ciencias sociales. (Villasante, 1998, p. 399).

O objeto se rebela contra o sujeito da investigação

Este novo paradigma ou processo de pensamento que passou a chamar-se pós-modernidade, começou por incluir a subjetividade de quem investiga reconhecendo assim, a parte criativa da ciência, a construção social da realidade (Berger y Luckmann, 1969). Surge a necessária

revisão dos métodos e o papel repartido entre o *sujeito* e o *objeto* da investigação. Anteriormente havíamos entendido tácitamente que quem observa o faz sobre um objeto; portanto, o sujeito da investigação era o cientista social e o objeto era tal ou qual grupo da população que estava sendo observado.

Um dos efeitos nocivos da divisão das ciências em “puras” y “impuras”⁸, foi a pretensão de controle (poder) do cientista (sujeito) sobre um movimento social observado (objeto). Ocorre que as supostas *ciências puras* costumam trabalhar com objetos de laboratório que são inertes ou incapazes de intercambiar os papéis com seus investigadores. Pelo contrário as ciências sociais têm como objeto de estudo as pessoas – individualmente ou por grupo - que são por definição tão potencialmente inteligentes e capazes de observar como aqueles que os observam. Assim fomos assistindo pouco a pouco a interpretações sociais que foram desmentidas desde o interior dos “objetos” de estudo social, ou com mais freqüência pela *apropriação sistemática* das análises, teorias, inovações e descobrimentos dos grupos sociais, já que o cientista não sentia a necessidade de dar reconhecimento a seus objetos de estudo. De modo que o novo paradigma pós-moderno, trabalha na integração ativa de objetos de estudo no processo de investigação; integração que tem sido feita no reconhecimento da qualidade de “sujeito” do mesmo grupo observado. É o sujeito quem realiza a ação e na investigação participativa as hipóteses de quem investiga vão sendo modificadas, sendo inclusive desde o início, propostas pelo próprio grupo.

Como dizia Villasante, não se está buscando novas técnicas para estudar temas que os sujeitos sociais já estudaram, pesquisaram com suas próprias metodologias, mas de reconhecer que não só a comunidade científica tem a capacidade de investigar, que os movimentos sociais por sua própria dinâmica e razão da sua existência, analisam concluem,

⁸ Não se costuma usar o segundo termo da classificação, porém visto que é uma visão dual, se uma das categorias em que se divide a ciência “pura” a outra categoria será necessariamente a das “não-puras”.

teorizam criam metodologias para transformar a sociedade e, eventualmente, para orientar a comunidade científica, porque eles estão interessados em fazer a mudança social, através de todas as instituições. Aqueles que participaram ou participam em movimentos sociais, sabemos que muitas vezes as pessoas que nos buscam são acadêmicos e estudantes que procuram opiniões, críticas, conjeturas, metodologias de trabalho, fontes de dados, etc., para desenvolver o seu trabalho, mas neles não são citados os movimentos como fonte de informação e tão pouco como autores de suas próprias teorias.

Resumindo: eles sabem que são expropriados, que se lhes obscurece a sua real capacidade e dificulta-se seu trabalho inovador. Como "cientistas" aqueles que agem desta forma, estão desrespeitando a vida comunitária e a rigor, ao esconder suas verdadeiras fontes de informação e orientação estão faltando com a ética profissional e comunitária.

II.- A metodologia participativa promovida por Paulo Freire: Os círculos de investigação – ação.

Ao final da década de sessenta, um investigador e pedagogo brasileiro - Paulo Freire - sob a bandeira do compromisso teórico-prático ou *praxis*, rompeu outro paradigma epistemológico, o da distância científica. Em sua aportação a teoria do conhecimento mantém que somente se educa aprendendo e somente se aprende educando, de forma que educar e aprender são uma única ação discursiva, com duas direções. Conseqüentemente a educação não liberta pois, estabelecida como diferença, se converte em uma educação *bancária* – uns depositam e outros recebem, devem, dependem - e alienada, que mantém a opressão daqueles a quem a educação tradicional pretende elevar ou liberar do medo e da ignorância. As classes dominantes são escravas de seu papel porém, não podem liberar-se a si mesmas, são os excluídos do poder – os oprimidos - que ao libertar-se libertam sincronicamente a seus

opressores. Tudo o mais que se pode fazer desde os postos de preeminência social ou cultural, é participar de igual para igual na libertação mútua, já que os oprimidos não se libertarão pelo simples fato de ilustrar-se pois ao fazê-lo ver-se-ão na possibilidade e tentação de ocupar um novo lugar entre os opressores. O ensino libera a condição de que seja problematizadora (imersa nos problemas do entorno e com capacidade de elaborar comunitariamente propostas de solução). Estas teses defendidas ao longo de sua obra e resumidas na *Pedagogía do Oprimido*, levaram Freire a criar os *círculos de ação cultural libertadora* e, mais tarde, a criar os *círculos de investigação* com seu método de *investigação temática* que é a base e o procedimento que empregamos na investigação participativa:

Cuanto más investigamos el pensamiento-lenguaje-acción de los campesinos, tanto más educamos y nos educamos. Cuanto más les devolvemos su temática significativa, en forma organizada y a través de la problematización, tanto más seguimos educando, educándonos e investigando. (Freire, P. 1969^a, p.18)⁹

Formação da equipe e da dinâmica participativa nos círculos de investigação

No contexto da Reforma Agrária Chilena, Freire trabalhou organizando e formando a equipe e a dinâmica que permitiria incluir ativamente aos camponeses no processo de apropriação e controle das terras recém adquiridas, ao mesmo tempo que esse processo deveria alavancar novas formas de relação camponesa que evitariam a involução. A educação – como diria mais tarde¹⁰– serviria para a domesticação ou para a libertação e a diferença está no modo de fazer educação. Freire, explicava seu método e a preparação do trabalho da seguinte maneira:

⁹ Entrevista realizada pela Revista *Víspera*, ano III, nº 10, maio 1969, Montevideo, Uruguay, (reprodução integral em Torres Novoa (Compil.), 1978, pp 17-35.

1- Criação de uma equipe multidisciplinar, conscientemente identificada com a finalidade proposta. A equipe profissional se reuniria com a comunidade e internamente para analisar as particularidades da dinâmica, os discursos, as atitudes, as resistências e as vias de ação. Depois de cada dinâmica se traça a estratégia correspondente sobre as resistências e conflitos do grupo, não sobre o problema em comum a abordar.

2- Dialogicidade radical ou questionamentos prévios sobre as condições de horizontalidade que foram aceitas pela comunidade:

La educación como acción cultural, si tiene carácter humanista, es eminentemente dialógica (..) No hay sujetos que inciden su acción sobre otras personas que son objetos. (Freire, P. 1969, p.20)¹¹

Esta no es una investigación nuestra sobre ustedes, sino una investigación en que ustedes y nosotros, en diálogo nos conoceremos mejor y conoceremos a la realidad en que estamos, para transformarla mejor. (Sergio Villegas, del equipo multidisciplinar. Presentación de la dinámica. Freire, 1969, p.23)¹²

3- Libertar, problematizar. Encontrar as *palavras geradoras*, encontrar a origem dos problemas e dos mitos ou prejuízos que impedem o diálogo e o questionamento total do problema a resolver. Gerar atitudes ativas e participativas. Apresentar o problema em todos os seus aspectos, tomando como base o interesse local, fugindo da manipulação e do oportunismo assim como da ação temporal isolada, própria de muitas ações políticas e também das incursões investigadoras irresponsáveis.

¹⁰ "Educação libertadora" monográfico sobre Freire em *Perspectiva de Diálogo* nº 50 dezembro, 1970. Pedagogia do Oprimido, 1969 (reprodução integral em Torres Nova (Compil.), 1978

¹¹ Opus cit. P. 26

¹² Opus cit. P. 29

4- O inédito viável. No desenvolvimento do trabalho de investigação-ação aparece outro conceito chave: o de *inédito viável*¹³, o que nunca foi conhecido porém que é possível realizar dadas as condições do contexto. Não é a utopia, pois esta não é alcançável ou o será em um futuro remoto/distante. O inédito é algo factível, que inclusive existe, porém não teve publicidade; é *o possível*.

Freire não oferece uma receita em quatro passos, como pode parecer, na realidade não dá receita porque o participativo se constrói a partir de um problema –*problematizando* - e de conseguir a motivação e a cooperação para pôr em prática soluções feitas por e para seus protagonistas locais, comunitariamente. Se alguma receita se pudesse extrair seria a do respeito absoluto a seus iguais – os não investigadores - que não é contraditória a seu compromisso: ninguém liberta ninguém, a libertação se produz em nós mesmos. “*No es el 'yo existo porque pienso', es el nosotros pensamos, lo que explica que yo existo*”, expressão de Freire claramente anti-kantiana e social-existencialista.

III.-A prática atual das metodologias participativas ou de investigação-ação participativa.

Os movimentos sociais vinculados à Igreja na época do Concílio Vaticano II, herdaram fórmulas de trabalho bastante horizontais, distanciadas da obediência e da disciplina, centradas na superação pessoal inseparavelmente unidas na emancipação social; exatamente as que havia promovido Freire desde seu trabalho de *pensador da praxis, pedagogo da consciência* (Torres, 1977, p.9), militante cristão e investigador social, Freire teve que exilar-se durante a ditadura brasileira e foi professor no Chile justamente em 1976, quando se começava a organizar a Reforma

¹³ “Concientización y liberación, una conversación con Paulo Freire” Instituto de Acción Cultural, Ginebra, 1973.

Agrária; logo obteve cátedras em diferentes universidades européias, africanas e americanas¹⁴.

No entanto, parece ter sido mais difícil a penetração de sua ética e abordagem metodológica na Academia, que foi onde melhor foram acolhidos os movimentos sociais, especialmente na base da Igreja Católica e entre os novos movimentos sociais, pelo menos aqueles que têm primado por uma dinâmica não autoritária. Finalmente, mais uma vez parece ser o Brasil - a partir do Fórum de Porto Alegre-, para onde a Academia têm voltado seus olhos para uma sociologia do conhecimento não dissociado da ação comprometida (Brinckmann, 2001, 2002 e 2003) e, por seus méritos. Sem dúvida, as instituições sociais da América Latina em boa parte, adotaram a premissa da "participação" como condição para os programas de desenvolvimento, de conservação e/ou de ordenação territorial. Assim, no México, os programas de SEMARNAT, SEGARPA, SEDESOL¹⁵ por exemplo, condicionam a aprovação de projetos de I+D, à inclusão de oficinas com metodologias participativas que integrem à população local nas novas lógicas de uso da terra e de seus recursos. Porém, os pressupostos destas oficinas, sempre resultaram demasiado elevados resumindo-se, na prática, a uma ou duas oficinas nas quais se informa, da melhor maneira possível e com a criatividade de quem os promove. Não é fenômeno novo, são os efeitos dessas modas que se adotam burocraticamente, sem os meios necessários para formar aqueles que supostamente contribuirão para fazer as coisas de maneira diferente.

Porém, no campo acadêmico é uma realidade que alguma coisa está mudando de maneira clara, as metodologias participativas tem uma capacidade mobilizadora de consciências e inclusive se apresentam como uma oportunidade esperada, como o *inédito viável*. Por outro lado, a

¹⁴ Será muito útil àqueles que desejem entender e interagir com as metodologias participativas, conhecer a obra completa de Paulo Freire assim como conhecer sua biografia pessoal e profissional para entender o alcance social e geográfico que chegou a ter sua proposta metodológica. Para isso, ver Hassmann, H. 1981.

¹⁵ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Secretaria de Desenvolvimento Social, respectivamente.

capacidade transformadora - e destruidora!- da ciência volta a ser uma preocupação presente na investigação participativa. Para quem investigamos? Para quê? São as perguntas que mostram a preocupação ética.

Os espanhóis Tomás Villasante e Manuel Montañés (2000), começam seu livro *La investigación social participativa* com uma citação de Marx nas *Tesis sobre Feuerbach*: "Los filósofos han interpretado el mundo de varios modos pero la cuestión es cambiarlo", de modo que, desde o princípio, voltam a colocar-nos frente a evidência de que a investigação justifica sua utilidade nessa mudança social sempre enunciada desde as Ciências Sociais e sempre relegada ao último lugar. Esse é o contexto no qual apareceram as novas tendências metodológicas pós-modernas, entre as quais se encontra a metodologia participativa ou os métodos de investigação-ação-participativa. A nova corrente metodológica se inspira nos movimientos sociais, como o fizeram a maioria das correntes anteriores, tomando delas quase todos seus elementos porém diferente das épocas anteriores a estas, se reconhece sua autoria, se evita o expólio, buscando-se o *empoderamento*, dos movimientos sociais e o de seus protagonistas.

A quem podemos chamar investigação ou metodologia participativa?

Pode-se estar estudando conscientemente uma sociedade e não participar dela; pode-se inclusive descrever, analisar e fazer projeções sociológicas mediante o trabalho de exímios especialistas das ciências sociais e não captar o pano de fundo, o conflito social e suas evidentes manifestações. Exemplo paradigmático, foi o que surpreendeu fazerem alguns anos, a duas das universidades de mais prestígio na análise social: ocorreu no México – concretamente em Chiapas - entre os anos 50 e 70, as universidades de Harvard e de Chicago fizeram numerosas

investigações de sua população, aplicando um modelo funcionalista de análise que primava por certos aspectos sociais - deixando de lado as relações que tinham os indígenas com outros povos e outras localidades - assim se dizia que os chamula (de San Juan Chamula, Chiapas) *eram muito fechados*, quando cabe pensar que eles têm outras formas de relação, as quais os observadores anglosaxões não compreendiam. Conclusão: depois de seus destacados estudos da sociedade chiapaneca, ninguém podia explicar como havia surgido um levantamento popular e guerrilheiro em 1994 e que as duas importantíssimas universidades não tivessem advertido sobre absolutamente nada. A verdade é que, aplicando seus clássicos parâmetros anti-coloniais - que vêm usando os anglosaxões, fazem mais de três séculos e meio - não haviam compreendido o conflito latente e presente do feudalismo colonial e pós-colonial, ininterruptamente. Estes e outros exemplos puseram em suspeita o trabalho de campo etnológico e antropológico (García Canclini, 1991) e logicamente o antropogeográfico.

Nas Ciências Sociais e a partir da metodologia participativa, uma vez que se contemple ao grupo social como um sujeito em paridade, que tem capacidade de elaborar suas próprias estratégias, a pessoa ou grupo investigador que toma contato - ou que é contactado - com esse grupo já não se define a si mesmo como alguém alheio que observa sem aportar - sem *impactar* -, se não que reconhece a interferência mútua e portanto, renuncia a definir de fora ao grupo ou movimento social no qual se centra sua investigação. Recorramos a uma analogia para explicar mais claramente a situação que se produz e as relações que se estabelecem durante todo o processo investigador: "I" é a pessoa ou equipe de investigação social; "G" é o grupo ou movimento social que solicita ou admite livremente a presença de "I".

O conflito ou problematização na investigação participativa.

A razão que explica a relação de **I** com **G** é o conflito. A **I** interessou o grupo **G** por seu comportamento: estruturas, métodos, dinâmica, etc. que foram gestados para resolver ou encarar um conflito. Um sistema estável comporta poucos elementos de interesse ademais de sua descrição enquanto que um sistema fortemente impactado se volta para a recomposição de seu equilíbrio, elabora múltiplas estratégias de adaptação e recomposição da ordem perdida. Dizendo de outro modo: somente onde há (ou houve) um problema, surge a pergunta que dá origem ao processo investigador.

As ferramentas técnicas: observação participante, reunião de grupo, métodos de diálogo. Análise do discurso.

As ferramentas técnicas participativas ou meios pelos quais se recolhe a informação, foram buscadas, em sua maioria, dos próprios movimentos sociais de cunho democrático (cristãos de base, feministas e pacifistas, principalmente), ainda que cabe depurar alguns dos vícios sociais tomados dos entornos menos democráticos ou herdados de práticas sectárias, autoritárias e personalistas. Também alguns movimentos sociais, têm uma larga experiência nestas práticas de correção de vícios não democráticos ou de busca de equidade. De qualquer modo, o trabalho de **I** consiste justamente em observar como se estão produzindo em **G** estas relações, especialmente durante o conflito; para isso **I** se introduz em **G** e se comporta como um membro mais: se apresenta, escuta, opina, propõe, etc. Cada membro do grupo **G** deve ter uma informação clara de quem é **I** e quais são seus interesses, especialmente até que ponto se poderá estabelecer uma relação de confiança.

A observação participante se realiza fundamentalmente por meio de formatos de coleta de dados sistematicamente – se preparam previamente segundo aquilo que se busca no processo de investigação-

e/ou um caderno *bitácora* ou *diário*, no qual se anota –además da data a hora, e o lugar dos acontecimentos ou conversas– tudo aquilo que se considere de interesse. Deve-se anotar todas as dúvidas e tudo aquilo para o qual se espera encontrar resposta, assim como as explicações que resultam pouco convincentes e devem ser revalidadas em comprovações posteriores. Nos trabalhos de campo realizados, foi muito útil a inserção clara num bairro de classe média e em algum lugar de trabalho reconhecido (quase sempre fui qualificada como professora), assim como fugir de associações que podem resultar um obstáculo na relação com a população potencialmente informante, como as instituições com os poderes locais ou com quem têm poder de dar subvenções ou trabalho. Ainda que a observação requeira compreender os valores em jogo na comunidade observada, não resulta conveniente tomar partido ou adotar papéis que levem a confusão dentro do grupo ou comunidade. É imprescindível não falar das pessoas observadas, de seus recursos, problemas ou simpatias, inclusive no caso de situações conflitivas é preferível anotar os dados e apontamentos sobre uma pessoa ou família utilizando um simples nome ou apelativo. As formas pelas quais se recolhem as informações podem ser entrevistas informais, porém com um propósito claro, ou o acompanhamento aos eventos quotidianos da comunidade ou da família. Contrastar os dados e informações é um momento muito valioso: perguntar no âmbito urbano pelos costumes observados no âmbito rural, e do observado em um município contrastar perguntando a respeito desses hábitos em outro município. Muitas são as formas pelas quais se poderá organizar a coleta de dados, o importante é saber sempre que toda verdade é relativa e parcial, e que se podem achar certas medidas buscando diferentes perspectivas. A técnica do *papelógrafo* o *rotafolio* é particularmente útil para **I** e para **G**¹⁶

¹⁶ Esta técnica consiste em usar um cavalete com folhas de grande tamanho onde vai-se anotando as apertações, sempre com as notas a vista do coletivo que deve reconhecê-las.

A observação participante foi descrita metodologicamente por vários autores – ainda que poucos explicavam como a haviam empregado em campo - pelo contrário, muitos explicam-na de maneira abstrata, valorativa ou teórica. Assinalamos desde a Antropologia (Barley, Nigel, 1989), a Geografia ou Antropogeografia (Ayllón Trujillo, 1997, 2002, 2003 y 2004), desde a Sociologia e a Psicologia-Social (Gutiérrez y Delgado, 1998, p.141-173). A novidade desde uma ótica participativa é que há que coletar e reconhecer o valor que dão às coisas seus proprietários; a avaliação das ações e dos fatos não pode fazer-se desde fora, sem compreender como são avaliadas por seus usuários; em resumo: olhar o mundo por seus olhos.

O mesmo é válido para as reuniões de grupo, os grupos de sócio-análise, os psicodramas ou sóciodramas, dinâmicas coletivas, onde quem investiga se integra como um elemento mais, ainda que se trate de um elemento que não deve aparentar ter os mesmos interesses que o resto, senão deixar clara constância de sua capacidade técnica, para levar esses exercícios a uma meta esperada, aceita, de antemão. Deve ficar clara sua postura de observador do grupo ou comunidade e seu compromisso de ser discreto além de seu papel de *catalizador*. A reunião de grupo é a forma genuína dos movimentos sociais, nestes é mais fácil que surjam novas técnicas para abordar problemas e que o grupo manifeste e defenda a horizontalidade. Nas reuniões se decidem os problemas que existem, a ordem de prioridade que damos a cada um, como serão abordados, por quantos efetivos do grupo, quem se responsabilizará de tal ou qual passo de sua investigação/negociação/solução... porém, fundamentalmente para quem investiga, a reunião de grupo é o lugar onde se esclarecem as dúvidas, as diferenças e se põe às claras as contradições e debilidades individuais e de grupo, diante de um conflito pontual ou no cotidiano dos afazeres. Aqui, se aquele que investiga é bem aceito – em seu papel técnico- o *papelógrafo* e uma vez mais o *caderno de bitácora*, serão as ferramentas mais práticas para esta atividade e o centro de sua atenção

serão as contradições internas e as debilidades frente ao problema externo que os reuniu.

O *papelógrafo* é como um quadro com dobras de papel que não serão apagadas serão conservadas. No painel de papéis ou papelógrafo podem ir apontando-se os compromissos aceitos e as condições nas que se deram. Pode-se anotar as objeções apontadas por qualquer membro e que soluções foram propostas, aquelas que foram aceitas como aquelas que não o foram. Em reuniões posteriores, repetem-se alguns dos problemas já abordados, mostra-se o conteúdo da assembléia na qual já se dirimiram as dúvidas, assim como os compromissos que cada um assumiu; isso contribuirá para evitar andar em círculos, para resolver mais agilmente as dificuldades. Quem investiga pode aportar o que sente ou o que opina ante umas e outras manifestações, assim como pode aportar experiências onde foram abordados fatos similares e como se produziram ou não as soluções; em geral a situação parecer-se-á ao trabalho com uma equipe de consultoria, quando toda a equipe está convencida de que compartilhem o interesse por solucionar um problema dado, com o menor custo possível e deixando à comunidade na melhor posição possível. Claro que quando se trabalha em condições críticas – onde se jogam recursos vitais- esta serenidade não é fácil de alcançar, porém deve-se caminhar nessa via. Em todo, caso temos que buscar o consenso e evitar a todo custo o sentimento de “derrota” de uma parte da comunidade que ficou em minoria: temos que prestar a máxima atenção às posturas minoritárias e ver como, quando, em que forma e medida alguns aspectos dessa proposta poderiam integrar-se na estratégia apoiada pela maioria. Um conflito ou solução não deve desembocar em outro conflito ao contrário deve propiciar o aumento da estabilidade baseada na confiança. *Escutar, compreender, rebater, mediar, negociar, consensuar, confiar*, seria a seqüência desejável e, em todo caso são as palavras chave na investigação-ação-participativa.

O poder e a paridade: a participação horizontal

Poder horizontal, paridade e participação democrática, poucas vezes foram os objetivos da ciência no paradigma moderno, porém, começam a ser uma preocupação generalizada no novo paradigma. É uma mudança positiva pois resulta da colocação em prática da máxima que diz que os *benefícios do progresso devem ser acessíveis para toda a humanidade*, mito do passado que poucas vezes implicou em um compromisso da comunidade científica. Por outro lado, a busca de métodos participativos, é uma resposta aos recentes problemas da governabilidade, desencadeados no processo neoliberal de desregulamentação, de desmantelamento dos estados nação (Harold y Negri, 2002). O processo de acumulação neoliberal de poder – ou *globalização* - foi desestruturando não somente as economias nacionais, senão que as redes básicas da sociedade, suportaram e acorbetaram os erros e calamidades do Estado e do próprio mercado durante séculos. A debilidade das instituições locais geraram um estresse social e às vezes a *anomia ciudadana*¹⁷ como resposta ao descrédito das instituições provinciais e nacionais; o aumento da corrupção do poder é somente uma das caras da enfermidade social de nossos dias.

Paralelamente, os agentes sociais locais com vitalidade, tentam recompor alguma forma de equilíbrio e para isso demandam fórmulas de participação em todas as instâncias que restam a seu alcance. Na maior parte das situações de impotência social, aparecem fórmulas imaginativas dos atores sociais com menos poder – assim o percebíamos - as mulheres dos bairros pobres e marginalizados no Perú, Bolívia, El Salvador ou Guatemala, assim como as mulheres de classe média baixa e empobrecidas pelo golpe de estado financeiro, de dezembro de 2001 na Argentina, organizaram “comedores populares”, “panelas coletivas”, ou organizações que sob qualquer denominação resultaram eficazes células

de recomposição e reequilíbrio de recursos; promoveram novos (novas) líderes naturais que ganharam a confiança de seu entorno pois, em uma situação crítica ou caótica, alguém atuava direta, eficaz e limpamente e os resultados eram satisfatórios (Nuño, M. L., 2001). A partir destas infraorganizações populares se inventaram estratégias de sobrevivência e estratégias propositivas elevadas logo aos poderes públicos com certos resultados exitosos. As mulheres participantes dessas dinâmicas, assim como um número significativo de criaturas de rua, resultaram integradas com novo reconhecimento na comunidade, resultaram *empoderadas*. O coletivo salvadorenho de *Mulheres Pela Dignidade e a Vida* (coloquialmente chamadas "*Las Dignas*"), assim falaram às ONGD's e às organizações da Cruz Vermelha de vários países: "*No vengan a sustituir el poder chiquito que hemos conquistado. Porque lo que hacemos está bien hecho, nosotras nos estamos empoderando ¡Respetennos!*" Assim demandavam uma cooperação que não as devolvessem a uma impotência da que haviam saído sem a ajuda das organizações primeiro-mundistas. Elas já sabiam o que faltava fazer, é justo que aqueles que chegaram para colaborar as tratassem ao menos como iguais e que trabalhassem para resolver as necessidades que demandavam e não aquelas que alguém inventou em seu escritório - algo que a cooperação internacional poucas vezes sabe fazer - Inclusive em alguns textos acadêmicos sobre cooperação agora se cita o conceito *empowerman* quando dito em espanhol por estas mulheres, *las Dignas*, de El Salvador, as que se fizeram donas de seu destino e não permitiram que lhes fosse roubado o poder sobre suas próprias vidas.

A ação participativa e seus dois gumes (doble filo). Alguns exemplos para reflexão.

¹⁷ Anomia ciudadana. Perda de governabilidade. Quando as leis e normativas não são seguidas pela população devido ao descrédito das instituições.

Quando **I** participa em **G**, se busca que ambas partes possam resultar beneficiadas porém se isto não se cumpre, pode resultar que o benefício fique para **I** e o perigo para **G**¹⁸.

Dois exemplos para o primeiro caso: O primeiro ocorreu entre 1996 e 1997, um estudo dos processos territoriais de Yucatán, em especial os migratórios, a partir das famílias rurais mediante observação participante (Ayllón, 1999) e o segundo, entre agosto 2003 e agosto 2004 em Madrid, um estudo da "transgeneridad", "disforia de género" ou modificações na construção de gênero feminino/masculino: se organizou uma oficina composta por transexuais femininos e masculinos e mulheres não transexuais especializadas em investigação-ação-participativa com perspectiva de gênero (Ayllón et al., 2004)

1 - Yucatán. **I**, tenta reconstruir e compreender as formas de organização familiar que permitiram ao campesinato yucateco - **G** - sobreviver em suas próprias terras contra toda esperança de futuro. Se idealizavam ferramentas de coleta de dados que permitissem aos diferentes agentes sociais explicar ou manifestar seus critérios, pontos de vista e convencimentos, assim como suas trajetórias sociais e vitais; se buscava que estes métodos "dialogassem", mais que buscar interesses, estruturas de pensamento ou contradições; se recorria a referentes materiais concretos frente a uma ação ou atualização e, por sua vez se buscavam narrativas da mitologia familiar através das festas e tradições. Finalizado o trabalho, **I** consegue apreender a dinâmica de um sistema social autoreferencial. Uma vez extraídas as conclusões **I** cumpre na medida de suas possibilidades, com outro requisito importante: o *retorno*, ou seja, devolver à comunidade estudada o que se aprendeu sobre ela. O que se aprendeu e publicou (Ayllón Trujillo, 1999) foi enviado às Bibliotecas dos municípios estudados e à sua capital, Mérida, também aos

¹⁸ Com notáveis exceções como certos investigadores sob sociedades ditatoriais: dos 18 antropólogos que compunham a primeira promoção de Antropologia na Universidad de Guatemala, somente um está vivo, o restante foi morto ou desapareceu em condições inquietantemente raras.

profissionais locais que contribuíram de alguma forma para assessorar, ratificar ou orientar a investigação, e outros meios de compartilhar com a comunidade científica. Para **I** foi uma aprendizagem das estratégias locais – seus símbolos e significados – e as bases para uma tese doutoral, para **G** se desconhece o benefício ou se houve benefício.

2 - Oficina de transgeneridade. **I** e **G** se reúnem e estabelecem as bases de voluntariado e paridade sobre as quais iniciar um processo de exploração conjunta onde “objeto” e “sujeito” da investigação se fundem e a retroalimentação é contínua a partir do reconhecimento de grandes dúvidas sobre a situação que se deseja conhecer e compreender e para a qual buscar algumas vias de solução ou bem estar. Tanto **I** como **G** vão fazendo descobertas que alteram sua percepção inicial – não do problema, senão total - da vida. De maneira conjunta narram as histórias de vida, como consequência, se criam novos conceitos e vão-se formulando perguntas relevantes em sessões posteriores; se recompila documentação de toda procedência; se questionam as fontes baseadas e centradas nos expedientes médicos e o questionamento às construções de gênero transpassam a fronteira - fronteiras?- entre transexuais e não transexuais para converter-se em um questionamento ao próprio conceito de gênero, como construção social da ciência. Todas e todos os participantes resultaram igualmente postos em questão quanto a sua construção de gênero/sexo/sexualidade. O gênero parece ser um *continuum* com maior independência do sexo e da sexualidade do que inicialmente se percebia. Se requer repensar toda a teoria do sistema sexo/gênero desde esta nova alteridade.

Os resultados são compilados e publicados em um livro sem mais aspirações que cerrar uma etapa – *autopoiesis* (Luhmann, 1964)- para começar outra que já foi aberta. O próprio esforço de materializar os debates em um livro volta a reforçar o efeito detectado ao mesmo tempo que se converte em uma ação de transformação social (divulgação). Tanto o coletivo **I** como o coletivo **G** resultaram igualmente impactados, se

viram obrigados a reordenar o capital que apareceu nestas reuniões e decidiram atuar para ampliar a reflexão e multiplicar seus efeitos. A investigação e ação participativa cobriu ao menos 100% de suas expectativas ou do sentido de sua ação.

IV. O Quê não é metodologia participativa.

Se trata aqui de marcar limites epistemológicos, e também de alertar sobre atividades muito diferentes das que nos ocupam que, em ocasiões, se apresentam aproveitando o respaldo que uma vez ou outra recebe a figura do investigador social e os agentes de desenvolvimento, me refiro aos agentes comerciais que percorrem o mundo globalizado em busca de recursos a ser adquiridos ou – pior ainda - de novas patentes a registrar, mediante apropriação indevida, de métodos, fórmulas ou substâncias de todo tipo que compõem parte da riqueza cultural e herdada dos povos “menos desenvolvidos”. Podemos, por desgracia, exemplificar mais casos do que seria prudente nesta conferência. Apresentaremos tão somente três casos, dos quais se têm material comprobatório em imagem, para ilustrar esta exposição e que ademais provam os braços largos da avareza incontinente da mentalidade neoliberal: um se refere ao Mundo Andino e outro aos povos da Floresta Amazônica.

1) No altiplano Andino há uma localidade aymará – San Rafael - no entorno entre a Laguna Colorada e o Salar de Uyuni, poderíamos dizer que onde começam “las estribaciones bolivianas del desierto de Atacama”. A mais de 4000m. de altura, “*esta villa habitaba un collado a cubierto del aire, allí habían vivido y enterrado a sus antepasados desde tiempos inmemoriales*”. Uma equipe de cientistas – ao que parece - esteve por aquelas terras interessados nas “*huellas geológicas*” e na presença de dinossauros ou grandes “*saurios*” como os que a população conhece pelas suas marcas no Parque Nacional de Toro-Toro. Produto de suas indagações, estes simpáticos personagens

descobrirão *"bórax y minerales varios además de ciertas bolsas de gas"*, algo totalmente previsível por achar-se digamos no *"parteaguas de la Cordillera Andina"*. Concretamente, na pequena vila do altiplano, debaixo de suas casas e sepulturas se encontrava uma significativa *"bolsa de bórax que al instante una compañía canadiense quiso comprar y que un gobierno tan complaciente como el de Bolivia, le vendió"*. A empresa canadense falou com cada família e lhes prometeu reproduzir em detalhes o povoado, a uns poucos quilômetros mais abaixo; em troca prometeu escolas modernas, casas grandes como as das cidades e trabalho para quase toda a população. Em outubro do ano 2000 visitei o povoado e as casas pré-fabricadas eram bonitas ainda que estivessem rachadas, depois de três anos, cumpriram as promesas e a igreja estava reconstruída ou assim o parecia, havia um colégio e uma cancha de *"baloncesto"*. No entanto, a população tinha um malestar crescente que afetava às relações de vizinhança: o vento soprava 24 horas diárias e doze meses ao ano. Agora, sem o abrigo das *"cumbres del collado"*, as casas se cobriam de pó, o fino pó estava nas camas, nas roupa limpas, na comida e na cara em todas as horas. A pequena Igreja deixava ver sua construção teatral a mercê do vento que com aquela areia *"lixaba"* a pasta de cimento até fazer cair as placas que simulavam ser uma construção de pedra. Meses depois, já de retorno a Espanha, tivemos notícias da venda - pelo governo a outra multinacional - de uma enorme bolsa de gás que deveria estar situada não muito distante daquele *"enclave"*, e ao qual a população boliviana se opunha com todas suas forças, sua sensatez e seu orgulho.

- 2)** Ano de 2003, 25 de agosto; no diário de Manaus (Brasil) se publicava a detenção de um jovem alemão que tentava passar pelo aeroporto 26 tipos de aranhas amazônicas. O doutor Lino João, antropólogo da Universidade do Amazonas nos explicava que essas notícias eram tão freqüentes que se davam quase diariamente, quando menos não passava um mês sem que pegassem a um traficante de plantas,

sementes, insetos ou fungos, apesar das penas serem cada vez maiores, geralmente, grandes companhias eram as que pagavam a multa e a defesa do delinqüente. Uma equipe de investigadoras e investigadores hispano-brasileiros estávamos reunindo-nos com comunidades com problemas de territorialidade ao largo do Rio Negro – o mesmo que ao unir-se com o rio Solimões forma o nascimento do Amazonas-; nos chamou atenção um par de homens asiáticos bem vestidos que encontrávamos em quase todas as comunidades às que era muito difícil chegar, especialmente se não tivessem sido convidados. Ao que parecia, aqueles asiáticos que vestiam impecáveis roupas de turistas e câmaras de vídeo muito modernas, não se preocupavam de cumprir com as normas de cortesia destas comunidades e se limitavam a permanecer horas sentados em algum tronco de árvore frente ao grupo ou comunidade com sua maquininha ligada registrando tudo e sem a necessidade de ter a mesma, pegada ao olho. A situação ao se repetir resultava extremadamente molesta, até que em uma das coincidentes visitas um dos coreanos – ao que parece - começou a interrogar com grande precisão – em inglês - a um dos acompanhantes de nosso grupo. O grupo familiar de indígenas que nos recebia nos manifestou igualmente seu incômodo porém parece que como não “sabiam falar português” ao grupo somente restava evitar que os fotografassem de frente pela câmara – já que tinham experiências muito penosas do uso de sua imagem pessoal por pessoas alheias a sua convivência - e continuavam sua vida normal, reprimindo os desejos de utilizar alguma forma de violência contra os intrusos filmadores.

- 3)** Este caso trouxe-me à memória outro similar vivido anos atrás em Yucatán, quando ao anunciar-se a liberalização do “*Ejido*” começaram a aparecer todo tipo de estrangeiros que diziam ser amigos de “*los mayas*” e querer conhecer “*los cenotes y los montículos*” onde ao que parece havia pirâmides sem escavar. Resulta que estes eram coreanos

que usaram todo tipo de truques para ganhar a simpatia da população rural e sondar a possibilidade de comprar títulos de “*derechos ejidales*” ou algo que lhes desse preferência para a compra de vastos terrenos cinegéticos. Diziam ser descendentes do mesmo tronco¹⁹. A caça exótica era muito bem paga e, se não nos informaram mal, no ano de 1997 conseguiram alguma forma de compromisso de compra em alguns dos municípios pois chegava gente de todas as partes do mundo – em grupos seletos muito reduzidos – para caçar espécies autóctones, em um meio exótico e “perdido no tempo”.

Certa versão não horizontal das metodologías participativas - ou suas aparentes dinâmicas - estão servindo também ao comércio internacional pois foram estudadas pelos departamentos de I+D das grandes multinacionais: os agentes comerciais que às vezes, são pessoal dos departamentos universitários, aproveitam estas técnicas para conquistar a confiança das comunidades e explorar suas confidências ou “descobrir” (espiar) o uso de seus recursos patrimoniais. As novas formas de acumulação neoliberal pretendem legitimar estas formas de expólio, as instituições comerciais mundiais permitem que um alheio patenteie substâncias das quais desconhece o uso, se permite inclusive que se patenteie aquilo que é patrimônio cultural de todo um povo, de maneira que quem o patenteia tem o direito de proibir a esse povo a exploração de seus próprios recursos, de seu patrimônio nacional. Recursos que são parte de seu solo, seu território ou de sua sabedoria ancestral, da qual são seus legítimos donos. A imoralidade do sistema pode chegar a extremos extravagantes como patentear o sangue de uma nativa amazônica que - segundo as análises realizadas enganando-a - é imune a certas graves enfermidades²⁰. Estas aberrações de um sistema imoral que

¹⁹ Convocaram a população de Tunkás em frente a uma Igreja não católica e seu discurso era: “También tenemos el pelo negro, liso y brillante, los ojos rasgados y la misma religión (...) Corea era tan pobre como Yucatán pero como somos un pueblo muy trabajador hemos salido de la pobreza y estamos en la abundancia y venimos a mostrar el camino a nuestros hermanos mayas...” (Trabajo de campo, 1996)

²⁰ Dr Carlos Caravantes, comunicação oral

se faz chamar “de mercado”, abriu a porta para toda classe de indesejáveis capazes de espiar às comunidades que os acolhem com confiança e, uma vez conhecidos e avaliados seus recursos naturais, provocam sua rápida expropriação, mediante compra de terras ou novas formas de corrupção institucional organizadas pelo grande capital que maneja as poderosas transnacionais. Assim, diante da provável neoliberalização da terra²¹, desde fazem já alguns anos, no noroeste do Brasil se cometem autênticas caçadas das pessoas e famílias para “limpar” territórios que são desejados para outras atividades enquanto que na Amazônia (Boliviana e Brasileira pelo menos), se levantam mapas de recursos naturais com o apoio informativo da população campesina, que espera em troca, o reconhecimento de sua territorialidade mediante métodos autodenominados *cartografía participativa*, que não resultam no reconhecimento prometido senão na expropriação de seus recursos, na deslocalização de sua comunidade e na sua recolocação em subúrbios urbanos... Comunidades inteiras, roubadas e retiradas de suas terras, por novas formas de espionagem comercial, aproveitando que as comunidades indígenas não têm quase nunca documentos de propriedade.

V.- Conclusões e propostas

Diante do novo contexto social, as metodologias participativas aparecem para corrigir os desequilíbrios do poder e para diminuir a crescente falta de governabilidade. Aportam formas novas de trabalhar que podem contribuir para a autoafirmação e o empoderamento de agentes sociais territoriais em escala local. Nos projetos de desenvolvimento – em sentido amplo não apenas desenvolvimentista – são a exigência de planejamento de base ou em interação recursiva. No geral supõem novas vias para a democratização e para a criação de uma

²¹ No Norte do Brasil, mais especificamente na Amazônia, a propriedade da terra é do Estado que a cede a usuários em regime de *enfiteusis*.

cidadania ativa e inclusiva, que articulem o território e aumentem a confiança nas instituições, diminuindo a insegurança e a *anomia cidadana*.

As metodologias participativas têm hoje, um momento de expansão sem precedentes e pouco importa se é a linha oficial e está superficialmente aceita, a nova situação - no México hoje, como no Brasil enquanto viveu Freire- nos oferece o *inédito viável*, a conjuntura possível e na qual se pode crer para conquistar desejos, vontades e esperança e em troca construir uma forma de ordenamento social mais justo.

Como dizia Gramsci (1978, p.410) "*ninguna sociedad se plantea tareas para cuya solución no existan ya las condiciones necesarias y suficientes, o no estén al menos, en vías de aparición o de desarrollo*" porém é também bastante certo que quando uma sociedade inova procedimentos em benefício do comum, o individualismo mercantilista engendra novas formas de espólio e de acumulação baseadas no engano e no oportunismo.

A investigação participativa, o diagnóstico e gestão participativas, as fórmulas de investigação-ação, podem ser em pouco tempo o novo paradigma generalizado para o desenvolvimento mais justo da sociedade, ocupando de alguma forma o lugar que as velhas ideologias perderam; às vezes se apresentam como uma via privilegiada para recompor o equilíbrio perdido em uma sociedade onde tudo é insegurança, desconfiança e consumo rápido, barato e tóxico.

Estas metodologias parecem reunir uma síntese de saberes epistemológicos, superar o qualitativo e o quantitativo, conciliar a complexidade, praticar a flexibilidade, concertar as oposições sociais, descobrir as estratégias para soldar as rupturas produzidas pela desesperança, a desestruturação das redes sociais, a deslegitimação institucional, a perda de valores éticos e utópicos. No entanto, levam inerentes graves perigos que terão que ser evitados pois se trata de uma arma de trabalho com dois gumes (*doble filo*): "*Un médico se equivoca y puede matar a un enfermo pero los científicos sociales podemos hacer*

*genocídios*²². As quotas de responsabilidade e maturidade que se requerem para pôr em prática estas metodologías participativas e autogestionárias, em paridade com o grupo observado, deixam fora de jogo a toda uma gama de apressados produtores de resultados curriculares. Conseqüentemente não perderemos nada em propor e insistir em certos compromissos éticos que temos que observar e acatar de entrada.

a) A sinceridade e a confiança. Quando se trabalha com um coletivo frágil ou quando a socioanálise participativa traz consigo a ruptura de barreiras defensivas do grupo, é imprescindível explicitar com total sinceridade o que **I** pode oferecer a **G**. No exemplo "a" se explicou aos informantes que não tínhamos detrás nenhuma forma de subvenção nem ajuda ao desenvolvimento, que se carecia do poder de elevar à Administração as queixas e as denúncias que se recebeu e que, em resumo se estava "pedindo" sem possibilidade de "dar". Em conseqüência, apesar da clareza na exposição da situação, em alguns lugares - como o mundo rural depois da grande crise em todo México - se vem uma pessoa de fora, universitaria (*güera y catrina*²³) como a alguém que sem dúvida tem mais audiência entre os poderosos, que a gente do lugar e seus vizinhos rurais. "...*Ya sabía yo que un día pasaría por aquí alguien a quien podría contarle la verdad de lo que nos están haciendo aquí...*" dizia um campesino que não parou de falar até que o tivéssemos escutado em suas justíssimas reclamações e denúncias. O certo é que não é possível obrigar as pessoas a perder suas peregrinas e impotentes esperanças, porém isso não justifica que permitamos o cultivo de qualquer forma de messianismo. Nestas ocasiões pode-se utilizar nossa posição institucional de *visagra social* para favorecer sua auto-organização e

²² Carlos Bonilla, comunicação pessoal, setembro 2004, UASLP-Ciências Sociais e Humanidades

²³ Em Yucatán, *güera*: de pele pálida ou de cabelo loiro e *catrina*: não indígena nem mestiça, que não veste hipil.

empoderamento, abrindo vias de comunicação com as instituições e institucionalizando suas propostas para que sejam sustentáveis.

b) A ética do silêncio ou a proteção do informante. Em alguns casos quem investiga se expõe, porém mais habitualmente e com maior frequência ficam expostos os vizinhos sem poder, os campesinos, os grupos frágeis, os donos de recursos naturais desejados. Não é necessário dizer tudo o que se sabe, pelo contrário é preciso diferenciar o que nos pertence como "saber" e o que é mostrado por outros porém, que segue sendo seu patrimônio, seu saber, sua intimidade e seu direito.

A confiança outorgada por uma comunidade que acolhe a uma equipe investigadora não deve ser traída sob pretexto do *superior interesse da Ciência* (cientificismo do paradigma moderno).

c) A horizontalidade, a paridade, o empoderamento. Ainda que a princípio não é missão de quem investiga conseguir maiores quotas de justiça e equidade, desde a ética de investigação participativa, é indispensável não suplantam a voz de grupo ou pessoa alguma, não assumir lideranças que estão fora de sua missão e não criar falsas expectativas. Em outras palavras, da mesma forma do que foi dito anteriormente, a investigação participativa obriga ao compromisso de respeitar as relações de igualdade, considerando de interesse o que o coletivo investigado assim o valoriza e esforçando-se em ver a partir de seus valores e perspectiva social, o que eles vêem porém sem ocupar seus postos.

d) A coerência investigadora. Não há, no anterior, confusão com as dimensões *emic-etic* nem resulta desta prática um problema de *endoculturação*, já que desde a coleta de dados participativa e a análise do coletado em campo, media sempre tempo suficiente para a reelaboração e o distanciamento. Efetivamente: a metodologia participativa não termina no trabalho de campo senão que detrás dela vêm as técnicas de gabinete ou laboratório, que serão usadas para analisar em equipe, os discursos, os contextos e os entornos, fazendo

dialogar uns métodos com outros, até diferenciar os elementos significativos que conjugaram em todas aquelas práticas. Se até o momento o dominante era o trabalho qualitativo, depois de encerrada esta etapa podem dar-se diferentes técnicas quantitativas e qualitativas até conseguir a necessária triangulação. Em todo caso, a investigação-ação não deve restar rigor a primeira parte do binômio: é investigação que se produz durante uma ação participativa.

d) O retorno indispensável. A ocupação científica não pode ser o luxo diletante de indivíduos privilegiados: é a sociedade aquela que paga os recursos empregados na investigação, doa a informação - que é o capital que rentabiliza a comunidade científica - e por isso para a sociedade terá que retornar o máximo possível do benefício de nossas investigações. Na Universidade mexicana isto está muito mais presente do que na Universidade espanhola, já que cada estudante deve devolver de alguma forma o benefício para a sociedade - o Serviço Social Universitário - com razão o produto da investigação social terá que ser disponibilizado para a população que doou seus conhecimentos, os dados de sua vida privada, sua intimidade sem esperar nada ou com a esperança de ser útil socialmente. O certo é que, quem investiga pensa sempre em publicar o resultado de sua investigação, porém, não é suficiente publicar em um meio minoritário, em outra língua, em outro país, somente trará benefícios ao país que recebe a produção e não ao que a forneceu. Esse compartilhar com a comunidade internacional necessita conciliar-se com o compartilhar com a comunidade local com a qual se trabalhou. É reprovável que demos o trabalho por acabado, quando um grupo social já não pode aportar mais, quando já tiramos dele o que buscávamos e, então, esquecer a dívida contraída. O compromisso ético do retorno nos obriga a devolver em termos acessíveis, toda a elaboração que extraímos do trabalho participativo, de forma oral e escrita. Isso é a horizontalidade, isso é equidade, isso é o *Retorno* da ciência para a sociedade.

e) Desmascarar a espionagem e o babelismo e pôr limites definidos ao que é "Participativo". A metodologia participativa requer clareza, estabilidade e compromisso. Deve-se cuidar com o discurso, pois este sempre varia, dependendo de para quem o dirigimos e de quem queremos tomar distância. A participação requer a eliminação ou redução das distâncias. A capacidade do sistema dominante para absorver e neutralizar as tendências à equidade, usa várias estratégias: a confusão, esvaziando de seu conteúdo os novos conceitos (desmanchar as palavras libertadoras o diria Freire, ou *babelizar* se usamos o exemplo da Bíblia) e a imposição, aproveitando a aparência participativa para trair a confiança depositada, como o fazem os espões em seu trabalho.

f) Empoderar e reconhecer a autoria. Finalmente e com base nos anseios sociais de *empoderamento*, devemos erradicar um vício acadêmico que consiste em não citar a fonte teórico-metodológica quando estas são os movimentos sociais ou seus porta-vozes – os grupos ou pessoas sem poder reconhecido – ainda que saibamos que estes geram métodos para transformar e difundir literariamente suas idéias. Um dos primeiros deveres do trabalho científico é buscar a origem das idéias, reconstruir seu processo de formação e reconhecer a autoria – individual ou coletiva - de quem ou daqueles que a formularam. As metodologias participativas partem de um compromisso ético de ação libertadora dos oprimidos e, por isso mesmo, deixam de ser metodologias participativas quando se esconde a fonte geradora de idéias e métodos.

Bibliografía

AYLLÓN TRUJILLO, M^a Teresa "Género e investigación: Sujeto, objeto y jerarquía de valores". Presentación del I^{er} encuentro de Género e Investigación. Mérida (Yucatán): UADY. 1997.

----- *Factores de los procesos migratorios de Yucatán*. Madrid: Tat, 1999

----- "Cambio del valor trabajo, en el mercado y en las identidades". *Scripta Nova* n. 69, (Revista electrónica de la Universidad de Barcelona), mayo 2002.

-----*La intersección Familia-Identidad y Territorio. Estrategias familiares en un entorno rural de fuerte migración. Yucatán a finales de siglo.* Madrid: Universidad Complutense, Tesis Doctoral, 2003.

----- (Compil) *Transgeneridad y feminismo.* Dossier del Taller de Transexualidad. Madrid: MyT-Genera, 2004.

BARLEY, Nigel *El antropólogo inocente.* Barcelona: Anagrama, 1989.

BERGER, P y Luckmann, Th. *La construcción social de la realidad.* Buenos Aires: Amorrortu, 1969.

BOURDIEU, P. *¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos.* Madrid: Akal, 1985.

BRINCKMANN, Wanderleia E. (2002). "A Gestão das Águas no Desenvolvimento Regional do MERCOSUL", En Paunero, Xavier, Ayllón, M^a Teresa y Granell, Carmen (Eds). *MERCOSUR: Desarrollo Sostenible y Territorio.* GIRONA: Universitat de Girona, pp 73-83.

----- (2004) "Presupuesto Participativo. La experiencia de gestión pública del Partido Popular de Brasil". Informe de investigación/gestión participativa en Rio Grande do Sul (Documento inédito).

----- y Cebrián Abellán, Aurelio (2003). "COREDEs (MERCOSUR) y GAL (UE). Instrumentos de Ordenación Territorial: Un análisis comparativo". *REVISTA ÁGORA.* Departamento de Historia e Geografía. UNISC. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

----- et. al. (2001). "Estrategias y Procesos de Desarrollo: Participación Social y significado de los Consejos de Desarrollo Regional en Brasil". En *Anais del VIII Encuentro de Latinoamericanistas Españoles.* Madrid, noviembre de 2001. Consejo Español de Estudios Iberoamericanos/ Casa de América/ IEPALA/ AECI. (En CD).

DELGADO, Juan M. y Juan Gutiérrez (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales,* Madrid: Síntesis-Psicología, 1998.

FERNÁNDEZ, Janina *Incorporación de la perspectiva de género en los proyectos de interés social.* San José de Costa Rica: ILANUD- Programa Mujer, Justicia y Género, 1998.

FREIRE, Paulo (1969) "Acción cultural liberadora". En Carlos Torres Novoa (Compil.) *Entrevistas con Paulo Freire*. México: Ediciones Gernika, 1978 (segunda edición).

----- (1969) *Educación como práctica de la libertad*. Montevideo: Tierranueva, 1970 (2ª edición).

----- *Pedagogía del oprimido*. Buenos Aires: Tierranueva-Siglo XXI, 1972.

FOX SÉLLER, Evelyn Reflexiones sobre género y ciencia. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim-Generalitat Valenciana, 1991 (191pp).

GARCÍA CANCLINI, Nestor "¿Construcción o simulacro del objeto de estudio? Trabajo de campo y retórica textual", Ponencia al Coloquio *Antropología y epistemología*, UAM-Iztapalapa, 13 de mayo 1991.

GRAMSCI, Antonio "Análisis de las situaciones. Correlaciones de fuerzas" en Antonio Gramsci, *Antología*. México: Siglo XXI, 1978.

GUTIÉRREZ, Juan y DELGADO, Juan Manuel "Teoría de la observación" en Delgado, Juan M. y Juan Gutiérrez (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales*, Madrid: Síntesis-Psicología, 1998: 141-173.

HASSMANN, Hugo "Biografía de Freire" en Paulo Freire *Pedagogía del oprimido*, edición de 1981, pp. 241 a 243.

NOYA MIRANDA, Francisco "Metodología, contexto y reflexividad. Una perspectiva constructivista y contextualista sobre la relación cualitativo-cuantitativo en la investigación social" en Delgado, Juan M. y Juan Gutiérrez (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales*, Madrid: Síntesis-Psicología, 1998: 121-140.

VILLASANTE, Tomás R. "De los movimientos sociales a las metodologías participativas" en Delgado, Juan M. y Juan Gutiérrez (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales*, Madrid: Síntesis-Psicología, 1998: 399-424.

VILLASANTE, Tomás R., Manuel Montañés y Joel Martí (Coord.) *La investigación social participativa. Construyendo ciudadanía*. Barcelona: El Viejo Topo, 2000.